

Visão da semana:

Entre a hora dos dilemas internos

O noticiário econômico dos últimos sete dias reflete fielmente os graves dilemas em que se encontram as autoridades econômicas para enfrentar alguns problemas urgentes no plano interno, uma vez que a situação externa aparentemente começa a apresentar alguns sinais de melhora, em virtude do bom desempenho das exportações. No cenário doméstico, o fato mais preocupante foi a taxa inflacionária de abril (9,2%), que elevou o índice acumulado em 12 meses para a marca assustadora de 117,4% e a do ano para 39,6%.

Essa elevada taxa de inflação torna quase impossível a queda das taxas de juro internas que, ao contrário, deverão ser novamente pressionadas pela alta da correção monetária. Talvez seja este problema que leve o ex-ministro Mário Henrique Simonsen a defender urgente desindexação da economia, pois a indexação transforma as "altas corretivas de preços em inflação permanente".

O ex-ministro considera, com razão, que as dificuldades na frente interna são maiores, diante da necessidade de reduzir o déficit público, para o que se torna fundamental a unificação dos orçamentos do governo em uma única peça orçamentária a ser submetida ao Congresso.

Para Simonsen, as taxas de juro baixariam se o governo eliminasse o IOF, as restrições quantitativas à expansão do crédito e baixasse o piso de todas as taxas, que é a remuneração das aplicações no overnight do mercado aberto.

Certamente, essas sugestões do ex-ministro teriam influência positiva e fariam as taxas de juro caminharem na direção correta. No entanto, um obscuro deputado e seus amigos consideraram possível atemorizar os banqueiros com um ridículo projeto de estatização das instituições financeiras e, assim, conseguir a queda das taxas.

O rápido desmascaramento dessa estranha iniciativa revela apenas a existência de pessoas que ainda ignoram os mecanismos que determinam o comportamento dos juros e, pior ainda, acreditam que a estatização é o remédio para todos os males, esquecendo-se de que a excessiva participação do Estado na economia obrigou o governo a reduzir dramaticamente os seus investimentos em educação, saúde, saneamento básico, habitação e outros setores sociais, como apontou recentemente, o economista Carlos von Doellinger em interessante e oportuno artigo publicado pela revista Conjuntura Econômica.

Os gastos sem controle das empresas estatais são também as maiores causas do déficit do setor público, um problema que está causando sérias dificuldades no relacionamento entre o governo e o Fundo Monetário Internacional, em virtude dos obstáculos que as autoridades vêm encontrando para reduzir as despesas sem cobertura.

Outra área crítica é a do crédito agrícola, que deverá ter suas normas totalmente revistas até meados do ano para a eliminação ou o corte de subsídios. Trata-se de questão delicada, principalmente quando se leva em conta que os pequenos produtores, responsáveis por boa parte das culturas de alimentos, quase não têm acesso a esse benefício. O problema, portando, é essencialmente político, em virtude da base agrária do PDS e da atitude dos melhores empresários agrícolas, cuja maior preocupação é com a disponibilidade de crédito na ocasião apropriada. Evidentemente, esses produtores se preocupam com o nível das taxas de juro, mas no mesmo sentido e por razões idênticas às que preocupam qualquer empresário.

Nesse clima de dificuldades, a notícia de um superávit de US\$ 608 milhões na balança comercial, em abril, somente poderia ter sido recebida, como de fato o foi, com grande satisfação, pois agora a meta de US\$ 8 bilhões de superávit para o ano está mais próxima. Até abril, o saldo acumulado somou US\$ 1,45 bilhão de dólares.